

ATA DA SEPTUAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA, EM 10-8-2016.

---

Aos dez dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis, reuniu-se, no Plenário Ana Terra do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Dinho do Grêmio, Dr. Goulart, Fernanda Melchionna, Guilherme Socias Villela, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, José Freitas, Kevin Krieger, Mauro Pinheiro, Paulinho Motorista, Paulinho Ruben Berta e Paulo Brum. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Bernardino Vendruscolo, Cassio Trogildo, Cláudio Janta, Delegado Cleiton, Dr. Thiago, Elizandro Sabino, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra, Valter Nagelstein e Waldir Canal. À MESA, foram encaminhados: os Projetos de Lei do Legislativo nº 169 e 170/16 (Processos nº 1686 e 1728/16), de autoria de Cassio Trogildo; o Projeto de Lei do Legislativo nº 130/16 (Processo nº 1387/16), de autoria de Kevin Krieger; o Projeto de Lei do Legislativo nº 167/16 (Processo nº 1657/16), de autoria de Rodrigo Maroni; e o Projeto de Lei do Legislativo nº 166/16 (Processo nº 1632/16), de autoria de Sofia Cavedon. Após, foi apregoado o Ofício nº 738/16, do Prefeito, encaminhando Veto Parcial ao Projeto de Lei do Legislativo nº 049/12 (Processo nº 0621/12). A seguir, foi apregoado Requerimento de autoria de Engº Comassetto (Memorando nº 059/16), deferido pelo Presidente, solicitando autorização para representar externamente este Legislativo, no dia dez de agosto do corrente, na Audiência Pública sobre o Modelo de Gestão e Atendimento do Grupo Hospitalar Conceição, no auditório do Palácio do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, às treze horas e trinta minutos, em Porto Alegre. Também, foi apregoado o Memorando nº 080/16, de autoria de Jussara Cony, informando, nos termos dos §§ 6º e 7º do artigo 227 do Regimento, sua participação, no dia dez de agosto do corrente, na Audiência Pública sobre o Modelo de Gestão e Atendimento do Grupo Hospitalar Conceição, no auditório do Palácio do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, às treze horas e trinta minutos, em Porto Alegre. Em prosseguimento, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, hoje destinado, nos termos do artigo 180, § 4º, do Regimento, a tratar do tema inclusão escolar. Compuseram a Mesa: Guilherme Socias Villela, presidindo os trabalhos; e Olga Solange Herval Souza, integrante da Sala de Integração e Recursos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dolores Alcaraz Caldas e membro do Fórum pela Inclusão Escolar. Após, o Presidente concedeu a palavra, nos termos do artigo 180, § 4º, incisos I e II, a Olga Solange Herval Souza, que se pronunciou sobre o tema em debate. Em COMUNICAÇÕES, nos termos do artigo 180, § 4º, inciso III, do Regimento, pronunciaram-se Sofia Cavedon, Marcelo Sgarbossa e Paulinho Ruben Berta. Em prosseguimento, o Presidente concedeu a palavra, para considerações finais, a Olga Solange Herval Souza. A seguir, transcorreu o período de Grande Expediente, sem pronunciamentos. Em PAUTA, Discussão Preliminar,

estiveram: em 1ª Sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 008/12, discutido por Sofia Cavedon, e o Projeto de Lei do Legislativo nº 096/16, este discutido por Sofia Cavedon e Delegado Cleiton; em 2ª Sessão, o Projeto de Lei do Legislativo nº 246/15, discutido por Adeli Sell. Na ocasião, foi apregoado Requerimento de autoria de Mauro Zacher, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no dia oito de agosto do corrente. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Fernanda Melchionna, Adeli Sell, Tarciso Flecha Negra, Paulinho Ruben Berta, Sofia Cavedon, Cláudio Janta, Mauro Pinheiro e Idenir Cecchim. Às dezesseis horas e seis minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Guilherme Socias Villela e secretariados por Delegado Cleiton. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

---

**O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela):** Passamos às

### COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a tratar da inclusão escolar, assunto trazido pela Sra. Olga Solange Herval Souza, representante da Sala de Integração e Recursos – SIR Visual – da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dolores Alcaraz Caldas e membro do Fórum pela Inclusão Escolar.

A Sra. Olga Solange Herval Souza está com a palavra.

**A SRA. OLGA SOLANGE HERVAL SOUZA:** Saúdo a todos e a todas. Em nome do Fórum pela Inclusão Escolar, agradecemos por esta homenagem e, em especial, à Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon pela iniciativa. Entendemos que a representatividade do Fórum pela Inclusão Escolar se justifica pelas instituições que o compõem no momento: as escolas especiais estaduais, privadas e públicas; as escolas especiais da rede municipal de ensino, as salas de integração e recursos da nossa rede municipal, a Secretaria Municipal de Educação, a Secretaria Estadual de Educação, por meio da 1ª CRE; o Conselho Municipal de Educação, a Associação dos Trabalhadores do Município de Porto Alegre, a Comissão de Educação da Câmara de Vereadores, a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais e a Federação, o Sindicato dos Professores Privados do Estado do Rio Grande do Sul – Simpro, o Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul, o Centro de Reabilitação do Paralisado Cerebral, a Kinder – Centro de Integração da Criança Especial, a FADERS – Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas para PPDs e PPAHs, a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, o Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Comdepa. Existe uma coordenação colegiada, e as reuniões do Fórum são abertas às representações das entidades interessadas que atuem na área da educação, dos direitos das pessoas com deficiência. Portanto, os interessados podem chegar a qualquer momento.

O Fórum pela Inclusão Escolar tem muitos motivos para comemorar além desta especial homenagem que está recebendo hoje. Ele foi constituído em 2008, nesta Casa, em uma audiência da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude, com o compromisso de defender a inclusão escolar responsável e a escola especial inclusiva para os alunos que apresentam deficiência de natureza física, intelectual, sensorial – como é o caso da cegueira, baixa visão, deficiência auditiva, surdez, surdo/cegueira –, transtornos globais de desenvolvimento, como autismo e psicoses, altas habilidades e superdotação. Para tanto, faz-se necessário um silêncio para compreenderem o que está sendo dito e atenção ao cumprimento da legislação pública vigente, bem como a destinação dos percentuais das verbas previstas no orçamento do Município para este expressivo segmento da sociedade.

No Brasil, 24% da população possui deficiência. Muitas vezes, as pessoas não atendem àquilo que está sendo proposto, não valorizam o que está sendo proposto. Isso significa dizer que 45,6 milhões de pessoas no Brasil têm algum tipo de deficiência: 13 milhões com deficiência motora, 35 milhões com deficiência visual, 10 milhões com deficiência auditiva e 2,5 milhões com deficiência intelectual. Esse quadro em nível nacional contém dados de 2010. Como estamos em 2016, na proporção em que a população cresce, podemos entender que, no mínimo, triplicaram esses totais. Cabe salientar que algumas pessoas possuem mais de um tipo de deficiência, ou seja, nós não vamos encontrar, na maioria das vezes, pessoas com deficiência única; nós poderemos encontrar pessoas com deficiência visual e com deficiência intelectual, pessoas com deficiência auditiva e com outros comprometimentos também. Por isso, os desafios se fazem cada vez maiores, pois, mesmo com as significativas transformações na área da educação brasileira devido às lutas históricas dos movimentos sociais, ainda temos muito a percorrer. Essas transformações empreendidas em todas as etapas e modalidades da educação foram marcadas pelos ideais da educação para todos, da democratização da gestão, do direito à acessibilidade e à inclusão, garantindo, dessa forma, o acesso à educação como um direito subjetivo universal, como determina a nossa Constituição Federal de 1988.

Nesse sentido, contamos com alguns instrumentos legais de muita relevância. E por que não dizer instrumentos inovadores? Entre eles, citamos a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a Resolução nº 013, de 2013; o Plano Municipal de Educação, o Fórum Municipal de Educação. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que é a Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, traz vários direitos, e aqui nós pontuamos alguns, sendo que essa lei resultou em debates intensivos em todo o País e em todos os segmentos de pessoas com deficiência, encabeçada por alguns Deputados. Foi um estatuto que perpassou as discussões municipais, estaduais e nacionais até chegarmos a essa lei, que, no ano passado, foi promulgada e que traz as políticas públicas direcionadas a esses segmentos. Ela prevê atendimento prioritário em órgãos públicos, casas com programas habitacionais de acessibilidade, vagas em hotéis com acessibilidade, auxílio inclusão para ingressar no mercado de trabalho e permanecer, penas para quem discrimina as pessoas com deficiência, porque discriminação é crime; vagas em processos seletivos para o ensino

superior, acessibilidade e reforma nas calçadas como responsabilidade do Poder Público – os buracos nas calçadas são tão comuns como qualquer mercadoria no supermercado. O Poder Público, o mínimo que poderia fazer é atender aos buracos – e mais recursos para esportes paralímpicos.

A Resolução nº 013 do Conselho Municipal dispõe sobre as diretrizes para a educação especial no sistema municipal de ensino, na perspectiva da educação inclusiva. É importante o instrumento para qualificar e normatizar as ações relativas à inclusão das pessoas com deficiência no Município. Essa resolução aguarda que a Secretaria Municipal apresente um programa de aplicação, um plano de ação. O Plano Municipal de Educação, que define as metas e estratégias para a educação, em Porto Alegre, para um período de dez anos, foi construído através de um amplo debate democrático entre os diferentes segmentos sociais e educacionais do Município e foi referendado, em parte, por esta Câmara. Em decorrência desse Plano, foi instaurado, no mês de julho, o Fórum Municipal de Educação, que, sem dúvida, trará muitos avanços, pois vem ao encontro das reivindicações da comunidade municipal. Temos muito a comemorar frente a uma trajetória de sucesso comprometida com a luta pelo direito à educação de qualidade para todas as pessoas com e sem deficiência.

Este ano, o Fórum pela Inclusão Escolar comemora o oitavo ano de atuação e está promovendo a 7ª Semana Municipal de Inclusão Escolar. O segundo painel do seminário será sobre essa lei brasileira de inclusão, com o tema “mudanças e desafios para a educação e o trabalho”. Hoje, casualmente, temos a segunda etapa do nosso seminário, para o qual convidamos todos e todas, que é sobre educação para o trabalho à luz do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Os palestrantes serão o professor Adilso Pimentel Corlassoli, da Coordenadoria de Políticas para Pessoas com Deficiência da Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos; a Sra. Ana Maria Machado, que é auditora fiscal do trabalho da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego. O evento se realizará aqui, em uma das salas de comissões, a partir das 18h. É uma discussão até para as pessoas que não estão familiarizadas com a lei brasileira de inclusão. É um momento rico, sem dúvida nenhuma, porque estarão presentes alunos e profissionais envolvidos com a educação especial.

Queremos agradecer, mais uma vez, a todos os nossos parceiros e asseguramos que continuaremos firmes e convictos na defesa de que é possível construirmos para tornar esta sociedade mais justa, fraterna e inclusiva. Cabe a cada um de nós fazer a sua parte. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela):** Obrigado, Professora. Convido a senhora a fazer parte da Mesa.

A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra em Comunicações.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, querida Professora Olga Solange Herval Souza, que aqui representa a SIR – Sala de Integração e Recursos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dolores Alacarez Caldas, e é membro do Fórum pela Inclusão Escolar, e o seu cão-guia,

lembrando que a Olga é apoiada pelo Darwin, cão-guia treinado, o que é difícil de se conseguir e que é uma das tecnologias – se é que dá para chamar um ser vivo assim, um animal que dá suporte fundamental à inclusão para tantas pessoas cegas. Primeiro, quero cumprimentar as pessoas que compõem o Fórum e as que estão aqui representando o Fórum pela Inclusão Escolar. Gostaria de lembrar que é dentro das atividades desta semana que acontece esta quarta temática; à noite, vai ter a segunda etapa do seminário, com um assunto muito bem escolhido pelo Fórum: discutir, analisar e pensar as consequências e o quanto nós aplicamos o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Eu assisti ao primeiro e aprendi muito. A gente se surpreende muito ainda pelo pouco que sabemos do quanto avançamos, pelo menos, na norma, no que já se escreveu, no que já se tem consagrado como direito da pessoa com deficiência no Brasil.

Eu vou trabalhar nesta minha fala alguns elementos da responsabilidade que nós temos como Parlamento, como Governo Municipal de fazer a interlocução com todo esse acúmulo que está traduzido aqui, mas que é o resultado – não é, Olga? – do intenso debate das pessoas com deficiência organizadas em “n” instituições que participaram das audiências públicas, do processo de elaboração. Até queriam mais, mas acho que esse já é um grande marco se nós conseguirmos cumprir, assim como a Resolução nº 013/13, de Porto Alegre, que é uma boa resolução e que ainda não está sendo cumprida. Naquele dia de julho, nós aprendemos um pouco mais com o palestrante Rafael, que trabalha na Superintendência Regional do Trabalho, que disse coisas tão bonitas, como a questão da deficiência como um fenômeno social: se nós adaptarmos as condições para acolher e se todos tiverem acesso a seus direitos, a deficiência desaparecerá. Vejam que bonito é isso. Na verdade, a sociedade é organizada para a normalidade, para um padrão, para uma lógica, para uma chamada e designada normalidade. A sociedade, portanto, não é uma sociedade justa, solidária e que garante a inclusão. Se forem retiradas todas as barreiras, se forem acessados todos os direitos por todas as pessoas, acabará, desaparecerá a chamada deficiência.

O art. 4º – olhem que importante isso para nós – da lei federal define que a negativa da adaptação razoável, Presidente Villela, se consubstancia em discriminação, ou seja, é discriminação não colocar uma rampa possibilitando ingresso a todos os espaços, sejam banheiros, espaços públicos, espaços de trabalho; não ter tradutor-intérprete em Libras; poderia ter aqui também não ter acesso à saúde diferenciada, a diagnóstico precoce.

Nós temos uma legislação em Porto Alegre, um capítulo no Estatuto da Saúde dedicado somente à pessoa com deficiência, desde a estimulação precoce, as tecnologias assistivas, a reabilitação. Não cumprir essas adaptações, essas modificações das políticas públicas significa discriminar as pessoas.

Com essa radicalidade é que temos que trabalhar. Com esses dois conceitos, não precisa de mais nada. Se a sociedade trabalha com a diferença, retira as barreiras, a deficiência desaparece. Se nós mantivermos, não fizermos adaptações, flexibilização de currículos, de políticas públicas, acesso à tecnologia para todo tipo de deficiência, nós estaremos discriminando.

Eu quero aqui, Olga e Fórum pela Inclusão, parabenizar o Fórum por seguir ensinando e aprendendo, mobilizando para esta retirada de barreiras, conscientizando, problematizando, incidindo sobre o Conselho Municipal de Educação, sobre as políticas que esta Casa vota ou não, fiscaliza ou não, sobre as políticas que o Governo faz, insuficientes ou não. Tem pautado, por exemplo, a SMED, no tema da nossa legislação municipal, da Resolução nº 03/13, que nós estamos muito longe de aplicar, que são os educadores-assistentes, que são os professores de Educação Especial, hoje uma grande tensão nas escolas. Temos muito o que fazer, porque continuamos discriminando.

Quero parabenizar, porque a Olga é um exemplo de que a sociedade, a política pública, o espaço público, o microfone – estava difícil de a gente acomodar o papel, para a Olga fazer a leitura com as suas mãos – devem muito ainda às pessoas que ela aqui representa, pessoas que têm a dar uma grande contribuição à sociedade, e que as barreiras, muitas vezes, as impedem de participar plenamente da vida. Muito obrigada pela presença, Olga, obrigada pela presença do Fórum, por esta quarta-feira temática, pela exposição e pelos debates de hoje à noite.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela):** O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra em Comunicações.

**O SR. MARCELO SGARBOSSA:** Boa tarde a todos e a todas, saudando a Prof.<sup>a</sup> Olga, saúdo os convidados da tarde. Acho que a Ver.<sup>a</sup> Sofia bem representou a nossa bancada, o Partido dos Trabalhadores; eu só queria compartilhar uma situação muito particular, porque eu estou, neste momento, visitando... Já devo ter visitado em torno de 15 a 20 escolas, porque, o ano que vem, a minha filha, que faz sete anos, vai para o primeiro aninho. Por incrível que pareça, foi só na terceira ou na quinta visita em que os diretores apresentam a escola que eu comecei a fazer perguntas sobre como a escola lidava com a questão da inclusão.

Claro que, na fala, como é um momento em que se faz propaganda da escola, se pinta a escola da forma melhor possível. É o papel daquele diretor ou diretora que quer atrair mais um aluno para a sua escola, mas eu comecei a me dar conta o quão distante nós ainda estamos de escolas realmente inclusivas, e só falo aqui de escolas particulares, só visitei escolas particulares. Isso me preocupou bastante, inclusive, comecei a encaixar no meu rol de perguntas as seguintes: tem crianças com deficiência na escola? Quantas tem? Como se lida com isso? Tem algum profissional capacitado? Eu sou um leigo, mas que se dá conta de que compartilhar essa informação... Estou vivendo nos últimos dois meses esse processo, e me chocou muito o fato de que, efetivamente, nós estamos ainda muito distantes.

A inclusão, em algumas escolas, perceptivelmente está só no discurso; depois, caminhando pelos corredores e vendo uma ou outra criança com deficiência, se percebe que é mais, digamos assim, para figurar do que para estar incluindo. Realmente,

o caminho ainda é muito longo. Quero parabenizar aqui pela luta de todos e de todas. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela):** O Sr. Paulinho Ruben Berta está com a palavra em Comunicações.

**O SR. PAULINHO RUBEN BERTA:** Quero parabenizar a Prof.<sup>a</sup> Olga Solange Herval, integrante da Sala de Integração e Recurso – SIR Visual da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dolores Alcaraz Caldas, e membro do Fórum pela Inclusão Escolar. Professora, quando a nossa Cidade e o nosso País respeitarem todas as deficiências, poderemos dizer que estaremos num regime democrático; enquanto isso não for ressaltado, respeitado, trazendo direito e respeito a essas pessoas, quero dizer que não estaremos contentes. Parabenizo a senhora pelo seu trabalho e pelo trabalho dos seus colegas do Fórum. Quero também dizer que o PPS se junta a essa luta quando necessário for. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela):** A Prof.<sup>a</sup> Olga Solange Herval está com a palavra para suas considerações finais.

**A SRA. OLGA SOLANGE HERVAL SOUZA:** Na verdade, eu teria a acrescentar algumas coisas à fala do Vereador que citou as escolas particulares. Realmente, as coisas são complexas, na medida em que acaba o setor público tendo que assumir essas questões. Principalmente na nossa rede municipal, por atender nas periferias, o volume que temos de crianças com várias dificuldades, com vários comprometimentos é grande. Cabe a vocês, como Vereadores, cobrarem do Executivo a aplicação da legislação que existe aí, porque leis não faltam. Estamos aí com a Lei Brasileira de Inclusão, estamos aí com a Resolução do Conselho Municipal, estamos aí, agora, com o Plano Municipal de Educação e, mais ainda, com o Fórum Municipal de Educação, que são instâncias criadas exatamente para auxiliar, instrumentar e fomentar essas políticas dentro do Município. Então, como uma secretaria do Município não está cumprindo uma legislação? E a quem deve essa fiscalização? Nós temos que nos perguntar tudo isso, e cada um cumprir o seu papel. Eu diria que, para qualificar uma sociedade, nós não precisamos respeitar e aceitar só as pessoas com deficiência; nós temos que nos respeitar e aceitar a todos como cada um é, como cada um existe, como cada um está neste mundo, porque é direito de cada um estar a seu modo, a seu jeito nas suas circunstâncias. Isso para mim é primordial, isso é amar o próximo, não simplesmente aquele próximo que está distante de mim, mas, principalmente, começar pelo próximo na nossa casa, na nossa Câmara de Vereadores, na nossa Assembleia Legislativa e assim por diante.

Esta é a minha fala e é um fechamento, um agradecimento pela abertura desta Casa ao Fórum pela Inclusão Escolar, porque aqui eu não estou como Prof.<sup>a</sup> Olga, mas como Fórum pela Inclusão Escolar. Agradeço. Temos um grupo pequeno, mas um grupo que se solidariza. A solidariedade e a fraternidade são o nosso mote, são as molas propulsoras do nosso Fórum. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela):** Passamos ao

## **GRANDE EXPEDIENTE**

O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Ausente. O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Ausente.

Passamos à

## **PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR**

**(05 oradores/05 minutos/com aparte)**

### **1ª SESSÃO**

**PROC. Nº 0914/12 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 008/12**, de autoria do Ver. Engº Comassetto, que altera o inc. IX do art. 70 da Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973 – que institui e disciplina os tributos de competência do Município –, e alterações posteriores, incluindo no rol de isentos do pagamento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana as pessoas portadoras de ataxia dominante.

**PROC. Nº 1028/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 096/16**, de autoria do Ver. Engº Comassetto, que obriga as instituições bancárias públicas ou privadas e as cooperativas de crédito localizadas no Município de Porto Alegre a contratar vigilância armada para atuar 24h (vinte e quatro horas) por dia, inclusive em finais de semana e feriados, e dá outras providências.

### **2ª SESSÃO**

**PROC. Nº 2613/15 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 246/15**, de autoria do Ver. Engº Comassetto, que cria o Programa de Fortalecimento da Agroecologia e da Produção Orgânica.

**O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.



**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, há em discussão preliminar de Pauta três projetos do Ver. Engº Comassetto, que é meu colega de bancada. Um dos projetos inclui, no rol de isentos do pagamento de IPTU, as pessoas portadoras de ataxia dominante, um assunto pertinente à Semana da Inclusão, pensando em formas de atenuar as dificuldades e a sobrecarga financeira das pessoas que têm que buscar adaptações, remédios, exames, tratamento continuado e terapias. A ataxia dominante é uma doença bastante preocupante, bastante severa. É uma ideia a ser avaliada com muito carinho por esta Casa, para facilitar, favorecer as famílias cujos membros têm ataxia dominante.

De outro lado, o Ver. Engº Comassetto propõe algo que é controverso. Ele propõe que as instituições bancárias e as cooperativas de crédito contratem vigilância armada para atuar 24 horas por dia, inclusive em finais de semana e feriados. Certamente, levarei esse tema ao Sindicato dos Bancários, para ver qual avaliação eles fazem. Com certeza, o Ver. Engº Comassetto tem algum debate com os trabalhadores e trabalhadoras que estão extremamente expostos cotidianamente aos assaltos à mão armada. Assistimos a essa exposição nas ruas da Cidade, quando vemos os carros-fortes estacionados em frente às agências bancárias, às lotéricas, o que nos faz sentir medo ao passar por perto. Imaginem os funcionários que estão atuando nessas agências.

Para mim, há algo muito grave acontecendo nesta Cidade que não dá mais para se tratar apenas com discursos nos Parlamentos. Nesta semana, tivemos mais um assassinato de um jovem da Zona Norte, um aluno nosso da Escola Timbaúva. Foi uma comoção, uma tristeza na comunidade, pois era um menino que estava se formando na 8ª série. Esta é a realidade hoje das nossas escolas: cotidianamente, ter notícias de morte de adolescentes, com ou sem envolvimento em tráfico de drogas, e não é esse o mérito que deve presidir a nossa avaliação. Nós temos, na nossa Cidade, a pena de morte instalada como forma de relação nesse sistema paralelo, nesse sistema perverso que atinge a nossa juventude. Ao mesmo tempo, nós temos notícias como a do sobrinho do nosso colega municipal Terres, que ontem levou um tiro. Foi levar a esposa a um jantar, levou um tiro e morreu. Não é especificamente um ou outro, ninguém mais sabe o que vai acontecer na nossa Cidade com as nossas vidas, tendo em vista a forma estúpida que está a violência urbana. Isso tem uma responsabilidade. Não dá para aqui dizerem: “Ah, a responsabilidade é de todo mundo.” É verdade, se não tivermos políticas públicas que cheguem à infância, à adolescência, nós não vamos retirar a juventude do crime. Só que, se nós não tivermos o combate ao crime organizado nesta Cidade, nós não teremos política pública que vá resolver. No combate ao crime organizado, os Territórios da Paz eram formas, Ver. Delegado Cleiton, da nossa Secretaria de Segurança agir nas regiões conflagradas, nas regiões que são sede, que são casa, que são moradia, que são núcleo, infelizmente, dos grandes grupos de tráfico de drogas da nossa Cidade. Os Territórios da Paz, não é à toa que tenham sido instalados para reprimir, para coibir, para reduzir a atividade, para impedir a regra da violência que cala famílias, que oprime, pois não é somente a perda desse jovem, é o cotidiano, os depoimentos que nós temos de funcionários de escolas que vivem dentro das comunidades. Hoje de manhã, ouvi novamente um depoimento de uma liderança

comunitária nossa dizendo que a Brigada entrou numa casa e destruiu tudo à procura de bandidos – em tese, à procura de bandidos. Os jovens inocentes pagam pelos culpados, sentem a violência da polícia, que tem que entrar de forma truculenta. Então, há uma revolta que se generaliza, quando nós deveríamos estar dando suporte, apoiando a ação da Brigada Militar. Nós, esta semana, tivemos mortes de agentes de segurança, como estamos tendo, como nunca tivemos. Eu não sei quais são os números, Ver. Delegado Cleiton, mas, se há um número de mais de 400 mortos no primeiro semestre, diferente de dois anos atrás, quando foram 100 a menos, eu imagino quantos brigadianos, quantos foram os policiais em atuação. Isso é muito grave. Eu não sei como o Governador do Estado dorme com essa responsabilidade. Se há uma área em que não dá mais para esperar qualquer construção a médio prazo é a área da segurança. Acho que a Câmara de Vereadores deve pedir uma audiência com o Governador, para levar as indicações que aprovou aqui. Vou formalizar, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, para que a nossa Casa, através da Mesa Diretora, solicite audiência com o Governador e leve as indicações que aprovamos. Uma delas é a retomada imediata dos Territórios da Paz na cidade de Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela):** O Ver. Mauro Zacher solicita Licença para Tratamento de Saúde no dia de 8 de agosto de 2016.

A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Boa tarde a todos e a todas, aliás, aos poucos Vereadores presentes na Sessão desta tarde; aos funcionários da Câmara de Vereadores; trago a esta tribuna a nossa indignação, Sr. Presidente, com a falta de transparência da Prefeitura de Porto Alegre, deste Governo que aí está. Estamos em 10 de agosto, eu fiz um Pedido de Informações no dia 4 de julho deste ano, portanto, há mais de um mês, pedindo esclarecimentos sobre esse empréstimo milionário que a Prefeitura contraiu para obras que a Cidade não conhece, que não tem controle social sequer sobre os valores das contrapartidas e dos itens desse empréstimo que foi assinado hoje, às 10h, no Gasômetro, contrato de financiamento com a Corporação Andina de Fomento, no valor de US\$ 92 milhões. Nós votamos contra na época da votação, mas, independente do nosso posicionamento contrário, diante da crise financeira brutal que atinge o Município de Porto Alegre, do aumento do endividamento dos Municípios... Essa crise que nós vemos no Governo do Estado é fruto da ausência de auditoria nos empréstimos e nas cláusulas draconianas previstas pelo Governo Federal contra o Estado do Rio Grande do Sul ao longo dos anos, cláusulas firmadas entre o Governo Britto e FHC e que, até hoje, massacram o povo gaúcho. Assim o Município vai se endividando. Nós não podemos aceitar uma lógica de aumento do endividamento do Município de Porto Alegre, para que se evite essa situação grave que vivemos em várias esferas. Nós fizemos um Pedido de Informações para a Prefeitura

com perguntas óbvias do ponto de vista da obrigação de um Parlamentar comprometido com a cidade de Porto Alegre. Nós perguntamos: que instituições, entidades, empresas, órgãos municipais serão responsáveis pela execução dos serviços listados no documento? Estudo para mobilidade do Centro Histórico, margem do Guaíba, supervisão, fiscalização, auditoria externa, apoio e gestão ao programa. Nós também perguntamos: no caso da contratação de serviços externos à Prefeitura, como será feito o processo de seleção e de contratação de cada um deles? Caso o processo ainda não tenha sido publicado, quando serão publicados os respectivos editais? Ou não se vê que, no Brasil, a terceirização ou mesmo as licitações são uma porta aberta para a corrupção? Como o dinheiro desviado do DEP, o dinheiro roubado da Petrobras, para pegar um exemplo nacional. E a pergunta evidente para quem quer fiscalizar tanto dinheiro que o Município está pegando emprestado: como será paga a comissão de financiamento no valor de US\$ 782 mil? Que áreas terão que ser desapropriadas, para a execução da Prefeitura no valor estimado de US\$ 15 milhões, como está previsto no documento apresentado pela Prefeitura em outro Pedido de Informações de nossa autoria? Quinze milhões de dólares?! Mas quais são essas áreas que precisam ser desapropriadas? Onde elas ficam? Não podem ser permutadas? Qual será a origem dos US\$ 92 milhões de contrapartida da Prefeitura? Pedimos também informações sobre o financiamento da Caixa para as obras de mobilidade em Porto Alegre, primeiramente inscritas no programa, uma triste responsabilidade da Copa em 2014, e depois transferidas para o PAC Mobilidade. Qual o montante dos financiamentos contratados para a realização das obras para a contrapartida da Prefeitura, separadamente? Quantos dos recursos foram efetivamente liberados até o momento, de 4 de julho? Do que foi liberado, o que foi gasto efetivamente em obras e serviços? Que fornecedores, serviços e produtos foram contratados para o projeto? Qual a previsão de utilização dos recursos restantes? Por fim, nós perguntamos em que tipo de investimento em instituições financeiras estão aplicados os recursos liberados ainda não utilizados. Quais taxas de remuneração desses investimentos? Porque a Prefeitura respondeu que, uma vez que não estava executando os recursos, havia aplicado esses valores em instituições financeiras. Mas quais são essas instituições financeiras? Qual a taxa de juros dessas instituições financeiras?

Eu venho aqui lamentar profundamente a ausência de democracia, a ausência de transparência, lamentar profundamente a ausência de informações que são importantes para a cidadania porto-alegrense, sobretudo para a Câmara de Vereadores. Venho repudiar veementemente o desrespeito aos prazos regimentais no envio das respostas aos nossos Pedidos de Informações. Eu sei que não sou a única Vereadora desta Casa que não tem muitos dos seus Pedidos de Informações respondidos. Quero dizer, ao mesmo tempo, que seguiremos firmes e fortes fiscalizando a Prefeitura Municipal. Já foi muito dinheiro! Muito dinheiro, algo que precisa obviamente ser investigado no caso do DEP.

Aliás, eu quero trazer à tribuna que nós recebemos informações de que, do dia para a noite, depois da denúncia do jornal Zero Hora, da repórter Adriana Irion – do dinheiro do DEP desviado nos bueiros que não existiam e que teriam sido, entre aspas, limpos numa verdadeira maracutaia –, apareceram materiais que não estavam no DEP,

apareceram 50 trabalhadores das terceirizadas que nunca apareciam, apareceram retroescavadeiras que não estavam no DEP, segundo fontes que nos contaram, mas que obviamente – obviamente! – estavam sendo pagas. Entretanto, essas máquinas, esses serviços não estavam sendo prestados de acordo com o que foi contratado. Por negligência ou por conivência de agentes públicos municipais, milhões de reais do povo de Porto Alegre foram lamentavelmente para os ralos da corrupção.

Nós fiscalizaremos para que haja controle público sobre esses R\$ 92 milhões. Chega de malversação de dinheiro público! Chega de desrespeitar o povo do nosso País e o povo da nossa Cidade.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela):** O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para discutir a Pauta.

**O SR. DELEGADO CLEITON:** Sr. Presidente, Ver. Guilherme Socias Villela; Srs. Vereadores, colegas assessores, funcionários desta Casa, senhores e senhoras que nos assistem aqui e pela TVCâmara; hoje, em discussão preliminar de Pauta, eu comentarei o PLL nº 096/16, de autoria Ver. Engº Comassetto, que obriga as instituições bancárias públicas ou privadas e as cooperativas de crédito localizadas no Município de Porto Alegre a contratar vigilância armada para atuar 24 horas por dia, inclusive em finais de semana e feriados, e dá outras providências.

Está tramitando, já está na Pauta, senhores, para os próximos dias, o estatuto da segurança bancária, que é uma compilação de várias leis já existentes, retirada de algumas já obsoletas e criação de novas dentro de um só local, para facilitar a leitura jurídica, para que possamos dar mais segurança à população de Porto Alegre. Este estatuto foi discutido com o Sindicato dos Bancários, com a Federação dos Bancos, com o Sindicato dos Vigilantes, com o público em geral, e eu gostaria que fosse bem analisada pelos senhores. Nós já tivemos aqui uma discussão preliminar, inclusive estamos conversando com o próprio Governo, para que possamos ter esse estatuto, que vai privilegiar as ações de segurança nesta área. Eu colocaria ao Vereador, para que não ficasse fora deste estatuto, pena que ele não esteja presente, que ele colocasse em forma de emenda, dentro deste projeto... Esse estatuto já foi elaborado, já estamos há três anos discutindo, é uma coisa bem séria, bem complicada até. Peço aos colegas que tenham um olhar bem crítico, mas, também, bem sensível a esse projeto.

Gostaria, Presidente, de aproveitar este momento para saudar a nossa pré-candidata à Prefeitura, pelo PDT, Juliana Brizola, e aos demais colegas que também estarão disputando, são pré-candidatos. Quero dizer aos que, infelizmente, não passaram na convenção, militantes que são do Partido, que continuem lutado e levantando essa bandeira, que é a bandeira do trabalhismo, que tem grande importância para a transformação da sociedade. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela):** O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. ADELI SELL:** Meu caro Presidente Villela, colegas Vereadores e Vereadoras, caríssima Ver.<sup>a</sup> Fernanda, Ver. Delegado Cleiton, que falaram há pouco aqui; hoje, mais uma vez, meu caro Presidente Villela, sou obrigado a falar de ônibus, ônibus velhos, esculhambados, sujos, lotados e atrasados. Que lástima, senhoras e senhores! Em 1989, o então Prefeito Olívio Dutra fez uma intervenção, e muito se criticou. Indiscutivelmente, deve ter havido problemas, e também havia e há divergências, até hoje, sobre esse processo. Mas eu fico me perguntando o que seria se nós não tivéssemos tido um embate com os empresários daquela época. Recentemente, houve tentativas de licitações e deram desertas, porque houve um acochamboamento de interesses para que a licitação não saísse. Faço, inclusive, mea-culpa, porque essa licitação já deveria ter saído durante o Governo do meu partido. Depois vieram outros, não fizeram, e, finalmente, saiu, diga-se de passagem, por pressão do Ministério Público, da Justiça. Nos prometeram ônibus maravilhosos, novos, piso rebaixado e com conforto térmico, ar-condicionado. As tintas estão descascando, portanto, são ônibus *fake*, são piratas, porque eles não são novos, eles foram recauchutados, isso tem que ser dito. E se acham que não é verdadeiro, provem o contrário, porque nós temos todos esses elementos, absolutamente todos. Cidades que se prezam têm metrô. A União Soviética tem metrô desde o século XIX, antes de 1900; o metrô de Barcelona é de 1901; a Argentina tem metrô há quase um século, vai fechar um século. As cidades têm hoje VLT – Veículo Leve sobre Trilhos. Nós temos este entulho aqui na nossa frente, não porque seja obsoleto tecnicamente, pelo contrário; louvo a direção do metrô, na sua Presidência, Humberto Kasper, que utiliza um quilômetro e três metros de aeromóvel, tecnologia gaúcha, nossa. Usa-se em Jacarta, usa-se em outros lugares, mas, em Porto Alegre, não se usa. Quanto tempo demoramos para ter o catamarã? A travessia entre Guaíba e Porto Alegre é feita pelo catamarã. Por que nós não podemos ter uma linha de catamarã fluindo, navegando aqui do Centro Histórico à Zona Sul? Por que não? Essa pergunta fica no ar. Os ônibus vêm lotadíssimos, seja da Zona Norte, seja da Zona Sul, seja de onde for. É sempre a mesma coisa, é sempre o mesmo problema: lotado, atrasado e sujo – pior, sujo! Onde está a nossa gloriosa Carris? Onde estão as novas linhas T? Nós já mostramos, já desenhamos, provamos para a EPTC e para a Carris que é possível ter duas, três, quatro linhas T, altamente possíveis, sustentáveis. Hoje um professor da PUCRS me escreve dizendo que não dá mais. Ontem, o T7, às 18h, estava insuportável. Nós deveríamos estar deixando os nossos carros em casa, andando de ônibus. Nós deveríamos estar incentivando o transporte coletivo, mas nós fazemos discursos, pura demagogia, cretinice pura, pura, puríssima. Isso não pode mais continuar.

Mais uma vez, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, nós estamos registrando aqui e vamos apresentar, pela nossa Liderança, estudos, elementos mais do que claros, mais do que evidentes de tudo o que eu disse neste momento. Nós estamos numa cruzada para que haja o mínimo de dignidade para o usuário do

transporte coletivo de passageiros em Porto Alegre. Nós podemos, nós devemos, Porto Alegre merece que haja mais respeito na questão do transporte coletivo para com os seus cidadãos, seus usuários. Essa é a nossa posição, nós continuaremos nessa batalha sem trégua, nós não estamos aqui para xingar, nós não estamos aqui para cutucar ninguém com vara curta; nós estamos aqui dizendo a mais lídima verdade. E é por isso que nós vamos continuar a lutar: por um transporte de passageiros com ônibus na hora certa, que não estejam lotados, que sejam limpos, que tenham piso rebaixado e que os passageiros possam usar com dignidade. Para finalizar, estamos apresentando um projeto que vai resolver o problema do controle dos horários. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela):** O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. TARCISO FLECHA NEGRA:** Boa tarde, Presidente, Vereadores e Vereadoras, todos que nos assistem, os que estão aqui presentes; hoje é um dia de muita alegria, de muita felicidade. Eu subo hoje à tribuna, Presidente Villela, com muita alegria, muito emocionado, porque eu sempre lutei pela bandeira da educação e do esporte e eu sempre disse que um país de Primeiro Mundo é um país que tem uma boa educação e que tem um bom esporte. Eu não vejo outro caminho. Se alguém tem outro caminho, me mostre, que eu vou começar a lutar por essa bandeira também. O esporte evita a violência, nos forma cidadãos equilibrados, dá respeito, disciplina, companheirismo. Foi o que o esporte me deu, por isso eu falo, porque eu passei por isso, eu saí da periferia para lutar pelo ideal de ser campeão do mundo.

Eu fiquei muito feliz e emocionado com o ouro conquistado pela judoca Rafaela Silva nos Jogos Olímpicos. Rafaela é fruto de um projeto social do medalhista olímpico Flávio Canto, do Instituto Reação, na comunidade Cidade de Deus. Minha irmã mora ali perto, em Realengo, no Rio de Janeiro.

Antes de me tornar Vereador, trabalhei por 16 anos em projetos sociais em Porto Alegre. Como Parlamentar, sempre defendi e lutei por programas como esse. Aí estão os verdadeiros campeões do nosso País. A vitória de Rafaela mostra que há outro caminho para quem mora em favela e periferia. O esporte nos traz companheirismo, cidadãos equilibrados, educação, nos dá conhecimento. É hora de todos refletirmos sobre qual país queremos construir. Ela é exemplo vivo do que podemos trabalhar nos jovens. Podemos melhorar a situação do nosso País e trazer muito mais medalhas de ouro. A vitória de Rafaela Silva é simbólica pela superação. Uma mulher que foi hostilizada após ser derrotada nos Jogos Olímpicos de Londres, muitos se lembram, devido a sua condição social e por ser negra. Quatro anos depois, ela buscou a consagração. O esporte transforma, dá vida, muda a realidade emocional. Isso é o esporte.

Na Copa do Mundo, eu me lembro, eu dizia que estava ali a grande oportunidade deste Brasil. Os nossos jovens, as nossas crianças estão pedindo isso. Está

aí a oportunidade deste País. Eu fico emocionado e, ao mesmo tempo, muito triste. Ginásios de vôlei, quadras de areia, estádios de futebol, raias de natação, e nós vibrando, assim como ontem, no Rio de Janeiro, na natação, com o americano – o cara é um mito! –, quando o Brasil ficou de pé e aplaudiu. Está na hora de o Brasil, Ver. Paulinho Ruben Berta, aplaudir, levantar, trabalhar e ajudar a construir mitos. Esse é o espírito olímpico! Essa bandeira, com as cinco argolas, mostra a educação, o respeito, a disciplina, a formação do cidadão; mas, muitas vezes, isso nos passa despercebido. Então, Brasil, mostra a tua cara – como diz aquela música –, ajuda esses adolescentes, em quatro, oito, doze anos, a trazerem medalhas, como essa que a Rafaela Silva trouxe para este País, que está muito orgulhoso. Parabéns!

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela):** O Ver. Paulinho Ruben Berta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. PAULINHO RUBEN BERTA:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; em primeiro lugar, eu gostaria de parabenizar o Ver. Tarciso Flecha Negra pelas referências que fez aqui a nossa judoca que conseguiu a medalha de ouro, engrandecendo cada vez mais o esporte no Brasil. Pena o apoio ainda ser muito tímido para que nós possamos, com mais adolescentes, mais pessoas, mais atletas, trazer mais medalhas para o Brasil. Isso é um orgulho para nós!

Eu quero aqui me referir e dar continuidade à fala do Ver. Adeli Sell. Todos aqui sabem que eu moro numa região de Porto Alegre, Presidente, que é uma das mais carentes da Cidade. Ali, nós temos a Vila Safira, a Vila Batista Flores, Dom Pedro, Amazonas. Em especial, temos três vilas ou quatro, se quiserem, chamadas: Timbaúva I, II, III; Recanto do Sabiá, que é fronteira com Viamão. Lá moram milhares de trabalhadores! Todos os dias, quando eles levantam para trabalhar, eles têm que pegar um ônibus intermediário para ir até o fim da linha do Ruben Berta, numa média de três quilômetros ou eles têm que enfrentar essa caminhada a pé, porque esse intermediário muitas vezes não dá conta em trazer todos esses passageiros, trabalhadores e trabalhadoras que vêm para o Centro da Cidade. E quando está chovendo, com aquela ventania, quando tem uma senhora com criança no colo, com outra pela mão e carregando ainda mais uma sacola? Será que não podemos construir uma solução, uma saída para aqueles trabalhadores? A nossa Cidade não é tão pobre que não possa fazer isso! Trazer as pessoas de perto da sua casa direto para o trabalho, e sem baldeação, carregando sacola, descendo, subindo, com atropelos. Será que não está na hora de termos uma linha direta do Timbaúva 1, 2, 3, do Recanto do Sabiá? Um povo muito sofrido, Vereador, todos conhecem, fica na beirada do arroio Feijó. É o povo que mais precisa neste momento. Quando chove, o arroio inunda as casas deles. Muitas vezes, perdem até o que não têm!

É muito triste para nós não podermos fazer nada, nos sentimos impotentes. Acredito que juntos podemos fazer algo que entenda a necessidade dessas famílias. Não

estou aqui para criticar A, B ou C, se têm razão ou não. A grande realidade é uma só: a falta de transporte para aquelas pessoas. Eles têm esse direito, eles ajudam a construir esta Cidade, ajudam a construir o seu bairro, eles levam recurso para ser dividido entre o comércio, com essas compras, e gerar emprego e renda. Muitas pessoas nem saem de lá, trabalhando só ali. É uma região da Cidade que é imensa! Tem muita gente lá, todos nós conhecemos! Eu conheço todos os Vereadores desta Casa, e eu posso dizer que todos trabalham aqui no interesse da população. E para resolver essa situação, nós temos que ter algumas prioridades urgentes. São milhares de pessoas! E agora com as ocupações na São Francisco e na final da Antonio Severino, são mais de mil. Precisam de mais transporte; precisam ter um transporte direto. O direito de levantar às 5h da manhã, 6h da manhã, não ter que pegar um intermediário e andar três quilômetros para pegar outro. Muitas vezes pega na rua de sua casa, ou duas ou três ruas depois, vem sentadinho, uma senhora com criança, o trabalhador com a bolsa, chega lá em cima, três quilômetros, tem que descer e pegar outro que está lotado. E isso está gerando até conflitos, porque a população do Conjunto Habitacional Rubem Berta quer pegar também o ônibus com lugar. No mínimo, nós temos que ter, Ver. Janta, na hora do pique, na hora em que as pessoas estão indo e vindo do trabalho, bairro/centro e centro/bairro, ônibus direto, que leve o trabalhador até perto de sua casa, meio quilômetro, um quilômetro; mas não três, quase entrando nos quatro quilômetros. Será que não é nossa obrigação de começarmos a trabalhar todos juntos? Me coloco à disposição para trabalhar por isso, ajudar no que puder, para dar um pouquinho de tranquilidade, para que no inverno rigoroso, o trabalhador não tenha que caminhar ou pegar um ônibus desses.

Eu quero agradecer por esta semana que passei aqui. Muito obrigado, Presidente, muito obrigado aos Vereadores pelo carinho, pelo respeito, por entenderem a humildade deste Vereador. Em algumas discussões, talvez eu posso até me exceder, mas sempre vai ser no sentido de defender os que mais precisam, porque eu sou de lá, eu moro, criei meus filhos e meus netos estão crescendo lá. Então, eu quero agradecer a cada um dos senhores e aos que não estão aqui. Muito obrigado pela acolhida e, se Deus quiser, estaremos todos aqui em 2017, fazendo o que sempre fizemos: trabalhar por quem mais precisa.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela):** Obrigado, Ver. Paulinho, o carinho e o respeito são recíprocos por todos os Vereadores.

A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Porto Alegre, a capital dos homicídios. É muito triste nós termos que conviver com esse título, daqui a pouco nós vamos ter que tirar o “Alegre” do “Porto”. Eu quero aqui, de novo, lembrar que nós temos medidas a tomar, que a Capital, o Prefeito, o Vice-Prefeito tem responsabilidade e tem



possibilidade e, se não o faz, é porque não acha que é sua e deixa a Capital ganhar essa alcunha, enquanto que a nossa Cidade já teve título de amiga da criança, da melhor água do Brasil, da Cidade mais arborizada – quiçá do mundo –, com a rua mais bela do mundo, hoje ganha esse título triste. E atrás desse título, mortes e mortes dos nossos jovens, adolescentes, homens, mulheres que são sorteados nas ruas, onde o roubo de carro, assalto à mão armada e a violência pelos pontos de droga estão liberadas, livres e soltos pela irresponsabilidade do Governador do Estado. Eu quero lembrar, senhores, que nós votamos nesta Casa a imediata retomada dos territórios da paz, iniciativa desta Vereadora. O cercamento eletrônico da Capital, porque não é possível ter um centro de informações gerenciado pela Prefeitura e ter um centro de informações gerenciado pelo Estado. Ter 700 câmeras num lugar, 1.200 em outro lugar, com alto alcance e elas serem apenas espelhadas. É preciso a Brigada telefonar para a EPTC para ela virar tal câmera, pois não estão funcionando instantaneamente juntas para proteger o cidadão, para a chamada de emergência ter uma resposta rápida. E mais, a EPTC, a SAMU deveriam estar no Centro de Emergências da Brigada Militar, para rapidamente agir em atenção à população.

Nós aprovamos aqui que não multem nas sinaleiras, porque as câmeras da EPTC estão nas sinaleiras para multar o cidadão; que não multem à noite, se o cidadão passar em sinal vermelho, porque ele não deve parar no sinal vermelho à noite. Não pode, porque nós estamos sendo assaltados em situações como essa.

Vamos votar amanhã o meu projeto referente à segurança nos eventos, e eu quero pedir aos Vereadores e Vereadoras que olhem também da perspectiva da segurança na Cidade. Se a Brigada Militar for desresponsabilizada de garantir segurança nos eventos privados, nós teremos mais brigadianos nas ruas da Capital garantindo a segurança pública, e é para isso que este recurso vai para a Brigada Militar. É inaceitável que continuemos fazendo segurança de evento privado com a nossa Brigada Militar.

A Câmara aprovou várias iniciativas. A Prefeitura precisa responder, e o Governo do Estado precisa dizer a que veio. Não é possível que o Governador durma tranquilo com a morte nas ruas da nossa Cidade.

O Ver. Adeli falou por nós no tempo de liderança do PT, e, no tempo de liderança pela oposição, eu gostaria de falar que nós estamos ouvindo a população sobre o tema dos ônibus, Ver. Paulinho Ruben Berta. E organizadamente, com um formulário. Amanhã, faremos a apresentação do resultado desta pesquisa. É uma pesquisa simples.

Quero lembrar que a Prefeitura de Porto Alegre, no ano passado, teve uma grande oportunidade de modificar o sistema de transporte coletivo na Cidade e não o fez, porque a licitação acabou produzindo o mesmo do mesmo. Nós tentamos interferir na licitação. Levamos ao Ministério Público a denúncia de que ia dar as mesmas empresas, de que havia, sim, uma combinação para deixar os editais vazios, e deu no que deu. Nós estamos perguntando à população: “Depois da licitação, subindo a passagem para R\$ 3,75, acima da inflação, melhorou?” Respostas: “Sim. Não. Em parte.” Outra pergunta: “Quais são os principais problemas?” Já foram colocados aqui.

A base do Governo, inclusive, está vendo que a população continua com os ônibus superlotados.

Amanhã vamos apresentar os percentuais. Queremos, com isso, chamar a atenção para que não bastava fazer licitação nos mesmos moldes, que a nossa bancada tem um projeto de lei para o controle do fundo tarifário, ou seja, para que todo o recurso venha para uma conta pública e que isso seja reinvestido no sistema, que, hoje, está na mão da EPTC, e para o controle da roleta, porque as informações do sistema também estão na mão das empresas que são concessionárias do sistema, ou seja, a Prefeitura não tomou para si esse controle. Sem esse controle, ela não consegue melhorar o sistema de transporte coletivo da nossa Cidade. O ano passado, foi reprovado por esta Casa, nós estamos com ele tramitando, e queremos votar. Nós achamos que este Legislativo pode obrigar o Governo a tomar conta, a controlar um serviço público essencial, porque, se as pessoas voltarem a acreditar nos ônibus, se sentirem conforto, qualidade e tiverem tarifa justa, nós vamos melhorar, inclusive, o trânsito da nossa Capital.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela):** O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta.

**O SR. ADELI SELL:** Meu caro Villela, Presidente; colegas Vereadores e Vereadoras; nos anos de 2003, 2004, durante 15 meses, eu fui o titular da Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio. Quando lá cheguei, encontrei a famosa feira ecológica do Bom Fim sem os devidos alvarás daqueles que expunham e vendiam os seus produtos. Nós organizamos os dois grupos cooperativados e, seguindo os trâmites da legislação de Porto Alegre, oferecemos e garantimos os seus devidos alvarás. Depois nós levamos adiante, Ver. Janta, Ver. Luciano, alguns projetos de outras feiras ecológicas e de produtos orgânicos em Porto Alegre. Foi também quando nós iniciamos um processo de hortas comunitárias. Uma delas ainda resta ali na ilha, e outras desapareceram. Recentemente, tivemos aqui o pessoal da Lomba numa retomada de uma das hortas que ali começamos a organizar.

Agora, o meu colega Comassetto apresenta um projeto de lei que trata da criação de um programa de fortalecimento da agroecologia e da produção orgânica em Porto Alegre. É muito importante essa questão de termos um programa, porque nós não podemos, quando entra um governo, sai um governo, desmanchar as estruturas. Eu sou daqueles que defendem uma reestruturação da Secretaria Municipal da Produção Indústria e Comércio numa grande secretaria de desenvolvimento, onde cada uma das grandes questões econômicas da Cidade tenha um departamento, uma superintendência efetiva. De pouco nos adianta o Gabinete de Inovação e Tecnologia, o Inovapoa, se não se dá estrutura, com seus vinte funcionários; quando tem um grande evento nessa área, vão outros Secretários tratar da questão. Isso que nós tivemos a aprovação do projeto maravilhoso do Presidente da Casa, Villela, sobre a questão da economia criativa. Alguma coisa está errada, tem que estar de baixo desse guarda-chuva do

desenvolvimento. Assim como a economia, que eu chamo hoje de colaborativa, podíamos chamar de economia solidária ou outro nome, mas esse é o espírito. Nós, hoje, não temos uma política pública para tal. A mesma coisa o fomento à agricultura e ao abastecimento. Hoje, inclusive, numa reunião no Sebrae, voltamos ao tema, à discussão com os seus técnicos, da necessidade de se é feito aqui, vamos consumir aqui. Vamos consumir produtos e serviços nossos. Presidente Villela, Porto Alegre é uma das cidades brasileiras que mais consome coisas de fora; nós produzimos muitas coisas aqui. E o absurdo é que muitas vezes o pessoal vai na Ceasa comprar produtos que poderiam ter uma minicentral de abastecimento na zona Sul; eles vêm pela Av. Costa Gama acima ou lá pela lomba, atravessam o Centro da Cidade, vão até a Ceasa, e o botequim da esquina, a fruteira, vêm fazendo o mesmo trajeto para buscar o mesmo produto na Ceasa e trazer de volta. Isso se chama estupidez humana: falta de planejamento. Isso tem que mudar, a Cidade cresceu. Nós temos que repensar essa questão do abastecimento em Porto Alegre e também das feiras de produtos orgânicos. Nós, hoje, temos condições e vimos recentemente algumas lojas, algumas cooperativas e alguns elementos se formarem. Já o próprio setor de gastronomia de Porto Alegre busca esses produtos. Nós estamos discutindo com a Abrasel para que no bairro Cidade Baixa nós possamos ter um entreposto de produtos orgânicos. Nós tínhamos uma loja na Ceasa, que está se deslocando agora, que é o Santo Verde Produtos Orgânicos. Ou seja, é necessário, é possível, como no bairro Tristeza nós temos a loja Viver Bem Alimentos, e há outras lojas nesse sentido. Então, de fato, temos que ter um programa.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sr. Presidente, senhoras e senhores que nos acompanham, imprensa, Ver. Mauro Pinheiro, Ver. Paulinho Motorista, Ver. Luciano Marcantônio, Ver. Idenir Cecchim, eu queria seguir no assunto sobre o qual eles estavam falando, a Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon e o Ver. Paulinho Ruben Berta, a questão do transporte em Porto Alegre, principalmente, Ver. Adeli Sell, que atinge os bairros mais distantes da nossa Cidade, como Timbaúva I, II e III, Recanto do Sabiá, Lomba do Pinheiro, Parque dos Maias, Nova Gleba, Restinga, Lami, Morro da Cruz, atinge todos os extremos da nossa Cidade. Em todos os bairros da nossa Cidade, hoje em dia, as pessoas têm dificuldade na questão do transporte, e sofrem com isso no horário em que mais precisam desse transporte, no horário em que esses trabalhadores têm necessidade de se deslocar para o local de trabalho e depois para a sua residência. Não existe uma sensibilidade das empresas nem do Executivo para melhorar essas condições. As pessoas ficam duas horas, duas horas e meia dentro de um ônibus – isso quando não há o transbordo, como o Paulinho falou. Em vários bairros parece que estão fazendo uma baldeação, saindo de uma cidade e indo para outra, pegando um ônibus pinga-pinga, como se diz. É um absurdo, em pleno século XXI, quando se sai para caçar bichinho no

celular, quando se fala em Internet, ter baldeação dentro da cidade de Porto Alegre!  
Dentro da Cidade!

Já usei várias vezes a tribuna desta Casa para falar em BRT. Nos BRTs da Colômbia, de Buenos Aires, do Rio de Janeiro, o ônibus sai de dentro do corredor para pegar os passageiros e o ônibus de trás segue o seu percurso. O nosso não! Vão continuar as filas dos ônibus! O nosso BRT é um engodo! O nosso BRT é um ônibus maior com gente dentro em pé, sofrendo nas filas de ônibus. O nosso ônibus não melhorou o transporte em Porto Alegre! A nossa licitação de transporte foi um engodo para a população de Porto Alegre, em que existem as baldeações, como o Paulinho citou aqui, no Timbaúva, no Recanto do Sabiá, como existem na Restinga, como existem em vários bairros. No Parque dos Maias tem baldeação! Aqui na Av. Protásio Alves tem baldeação. É um engodo! Nós temos que resolver esse gargalo, essa dificuldade que a população de Porto Alegre está tendo no sistema de transporte, e essa obrigação é de todos nós, os 36 membros desta Casa. Nós temos que discutir isso com toda a população de Porto Alegre e, principalmente, com quem tem legislado junto nesta Casa e não tem pedido voto, que é o Judiciário. O Judiciário tem legislado, muitas vezes, mais do que nós. Muito mais do que nós! Muitas vezes, o Judiciário tem sentado aqui, nesta Casa, e legislado, mas na hora de resolver o problema da população de Porto Alegre, não resolve. A licitação de transporte foi um exemplo disso, pois fizeram o jogo que queriam que fizessem! Estão aí os onibusinhos, nem tiveram o trabalho de adevisar os ônibus, botaram uma tinta aí que Deus me livre, está na mão dos mesmos. Nem o trabalho de adesivar tiveram, estão aí os mesmos ônibus. Então, cabe a nós exigir essa melhoria para a população de Porto Alegre que não aguenta mais o transbordo, não aguenta mais levar duas horas andando em pé nos ônibus.

E a questão que a Ver.<sup>a</sup> Sofia levantou aqui, que saiu hoje em todos os jornais: a Capital dos homicídios entristece e envergonha a todos nós. Realmente, isso não é uma culpa do Executivo Municipal, isso não é uma culpa desta Câmara de Vereadores, isso é uma culpa de esfera federal e estadual, que não garantem que os recursos para segurança pública cheguem à cidade de Porto Alegre, não garantem a necessidade da população de Porto Alegre, não garantem que a nossa segurança pública, de fato, resolva as questões da população de Porto Alegre. Diariamente nós vemos pessoas de bem tombando nessa guerra do tráfico em Porto Alegre, nessa guerra da criminalidade em Porto Alegre, e são os trabalhadores que estão pagando o pato. Então, exigimos que os governantes em nível federal e estadual cumpram a sua parte para que o povo de Porto Alegre não siga sofrendo. Ontem, em Viamão, um dirigente sindical tombou na frente da sua casa em um tiroteio do narcotráfico. Ele não tinha nada a ver com isso, estava chegando em casa quando tombou com três tiros. Isso é uma vergonha que vai para as estatísticas da nossa Cidade, do nosso Estado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela):** Obrigado, Ver. Cláudio Janta.

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. MAURO PINHEIRO:** Sr. Presidente, Vereadores, Vereadoras, este é um debate, Ver. Cláudio Janta, eu até tinha preparado uma fala a respeito da mobilidade urbana e do transporte coletivo, mas realmente a Cidade de Porto Alegre tem um problema sério que é a mobilidade urbana, até mesmo pela localização do nosso Centro que fica em uma ponta. O Centro de Porto Alegre seria o Jardim Botânico, mas o nosso Centro fica em uma península junto ao rio, isso dificulta o trânsito. Nós temos um grande problema, porque os ônibus de todas as regiões vêm para o nosso Centro, e isso acaba prejudicando a mobilidade urbana, e o nosso transporte coletivo não consegue atender como deveria a população, nisso eu concordo com V. Exa., Ver. Cláudio Janta. Mas a saída, às vezes, não é tão simples, nós temos que buscar saídas em conjunto para resolver esse problema. São poucas entradas para o Centro de Porto Alegre, então todos os ônibus vêm para o Centro e acabam gerando um congestionamento, e, com isso, o transporte coletivo não consegue atender como deveria a população. E, como o preço da passagem é alto, Ver. Paulinho Ruben Berta, e cada vez aumenta mais porque o número de passageiros diminui. Quando sobe o valor da passagem, a pessoa faz a conta, e vemos, quando nos deslocamos para o Centro, a quantidade enorme de motos, carros, porque o transporte público é ruim, o preço é alto, então é mais vantajoso vir de carro, de moto, e, cada vez mais, tem o transporte individual, e, com isso diminui o número de passageiros. Por consequência o valor da passagem tem que subir para suprir a necessidade do transporte público, então, cada vez piora mais. O que nós temos que buscar, Ver. Cláudio Janta, e eu já fiz esse debate, é também a questão da Região Metropolitana. Muitas vezes se está na parada de ônibus, vem o ônibus de Viamão, Alvorada, Gravataí, Cachoeirinha, cruza, está vazio, mas o cidadão não pode pegar porque esse ônibus vem de outra cidade e não é interligado. Então, uma das soluções que se pode buscar é o Prefeito de Porto Alegre chamar os outros prefeitos e, através da Metroplan e do Governo do Estado, fazer o debate de como integrar o sistema de transporte coletivo de toda a Região Metropolitana. Individualmente Porto Alegre não vai resolver o problema do transporte coletivo. Essa ligação tem existir, porque o cidadão que sai, por exemplo, do Jardim Leopoldina, do Rubem Berta, ele está na Baltazar de Oliveira Garcia esperando um ônibus, vem um ônibus de Alvorada, que cruza e anda muito mais dentro da cidade de Porto Alegre do que dentro da própria Alvorada, mas ele não pode pegar o passageiro, mesmo estando vazio. Se parar ali e ficar olhando os ônibus passarem, vai haver vários ônibus, com dez, quinze passageiros, indo para o mesmo destino, de cidades diferentes, mas não podem pegar passageiros. Isso acaba elevando o preço da passagem e essa matemática não fecha, cada vez mais o preço vai aumentando.

Então, temos que buscar o debate, sim, de como melhorar o nosso transporte coletivo. Temos que buscar essa saída, e uma delas é discutir com toda a Região Metropolitana, integrando o sistema de transporte entre todas as cidades da Região

Metropolitana. Muitas vezes podemos ver filas com dez, quinze ônibus, um atrás do outro, cada um com cinco, dez passageiros, porque cada um sai de um lugar. O próprio BRT é uma saída. O Ver. Cláudio Janta colocou muito bem quando disse que o nosso sistema de corredor impede que um ônibus ultrapasse o outro, ele não para fora, ele tranca a fila, com espera muitas vezes de dez, quinze ônibus, tem que sair um para depois vir o outro na parada. Deveria haver um sistema que possibilitasse sair pelo lado, para que o outro ônibus pudesse ultrapassar aquele que está parado se ele não vai precisar parar na parada. Mesmo que ele não vá pegar ou soltar alguém, ele é obrigado a ficar parado, esperando, e com isso acaba dificultando. E a má qualidade do transporte é em decorrência de vários fatores que acabam também criando um problema para a Cidade no seu todo, que é a mobilidade urbana, pelo número de veículos que acabam se deslocando pela cidade das pessoas por não ter um transporte de qualidade. Acho que a saída é o debate. A busca desse debate não é uma coisa simples, mas nós temos a obrigação fazê-lo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Sr. Presidente, Ver. Guilherme Socias Villela; Ver.<sup>a</sup> Lourdes, Ver. João Bosco, Ver. Janta, Ver. Mauro Pinheiro, Ver. Marcantônio e demais Vereadores que estão nos escutando nos seus gabinetes. Eu ouvia atentamente a preocupação do Ver. Janta e do Ver. Mauro Pinheiro sobre os ônibus e os passageiros. E eu quero aproveitar este momento...

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Mas são preocupados, Ver. João Bosco, com a população. E eu, também preocupado com a população, quero falar de um assunto que é muito grave no Centro de Porto Alegre. Nós já falamos que a Av. Senador Salgado Filho, que é uma das mais belas aqui do Centro de Porto Alegre, um *boulevard* que não estamos aproveitando, é uma rodoviária de céu aberto. Só que nos últimos tempos, principalmente a partir da gestão do Dr. Goulart à frente da Secretaria da Indústria e Comércio, o Centro foi abandonado. Eu queria alertar o Prefeito Fortunati de que ainda há tempo para nós organizarmos ou reorganizarmos o Centro. Eu vi o Ver. Adeli, na segunda-feira, falar sobre o assunto e, hoje, passei pela Salgado Filho e me deu uma tristeza enorme, Ver. Mauro Pinheiro, porque quando eu estava Secretário da SMIC, eu tentava ser Secretário 24h por dia. Eu tirei todos esses que vendem fruta no chão, com sujeira, com doença. E quem é que compra essas frutas, Ver. Janta? Os pobres, que saem do trabalho correndo, passam ali, na ocasião, e compram aquelas frutas, pensando que estão comprando barato. Não estão, porque grande parte daqueles saquinhos de bergamota, de maçã, de banana já estão com as frutas estragadas. Ali não é lugar para

vender frutas, na rua, no chão, na calçada! E a Salgado Filho, o Centro está tomado! E isso é uma pequena máfia de dois ou três que tem um monte de caminhões que distribuem as frutas ali no chão, na cara da Prefeitura! Sr. Kleber, Secretário da Indústria e Comércio, por favor – por favor! –, olhe para isto! A Secretaria da Indústria e Comércio de Porto Alegre é que cuida disso! Eu cuidei na minha época, tenho certeza de que V. Exa. também vai cuidar! Porque, se nós cuidarmos do Centro de Porto Alegre, que é o segundo bairro de todos nós... Nós temos o bairro onde moramos e o Centro, que é nosso, é o segundo bairro de cada um de nós. Temos obrigação de cuidar do Centro. Conseguimos deixar o Centro desobstruído, as pessoas não gostam de dizer: “Ah, limpamos Centro”? Limpamos o Centro, sim, porque estava uma sujeira, com todas essas frutas, com todos esses moradores ali embaixo do viaduto, com toda essa esculhambação, com esses imigrantes que vieram aqui com a desculpa do Haiti. Não é! A maioria é do Senegal, é uma máfia internacional que vende em todos os centros. Eles vendem tudo a mesma coisa. Eles vêm para cá, vão trabalhar no posto de gasolina, vão trabalhar no restaurante, mas depois saem todos. E estão todos na rua: no Centro, na Assis Brasil, na Azenha, em todos os lugares! Depois não venham dizer: “Ah, é homofobia, é isso, é aquilo, é racismo”. Não tem nada disso! Nós estamos falando de comércio regular e comércio irregular. O que estão fazendo é uma irregularidade, e a SMIC não está cuidando, não está olhando para isso ou está se fazendo de cega. Não é possível assistir a isso todos os dias. O que está acontecendo no Centro de Porto Alegre é caso de Polícia! É caso de Brigada! Então, SMIC: ponha o pouco dinheiro que tem no convênio com a Brigada Militar como sempre fazíamos – a Brigada Militar para ajudar os fiscais da SMIC a novamente devolver o Centro para a população.

Eu quero dizer, Ver. Janta, que eu peguei diabetes com a preocupação de limpar o Centro e agora vejo que todo esse esforço está indo pelo ralo, e isso nós não podemos deixar acontecer.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela):** Obrigado, Ver. Idenir Cecchim. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h06min.)

\* \* \* \* \*